

## QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA BOLÍVIA: POSSÍVEL SECESSÃO

### GEOPOLITICAL ISSUES IN BOLIVIA: POSSIBLE SECESSION

DANTE SEVERO GIUDICE<sup>i</sup> & AUGUSTO CÉSAR DA S. MACHADO COPQUE<sup>ii</sup>

Universidade Católica do Salvador  
<sup>i</sup>dasegu@gmail.com, <sup>ii</sup>gu\_copque@hotmail.com

**RESUMO.** A Bolívia, um dos países mais pobres da América do Sul, tem um histórico geopolítico marcado por guerras e perdas territoriais. Desde os primórdios da colonização, a riqueza do país, devastada pelos espanhóis, concentrava-se na porção ocidental, o altiplano, onde estavam os minerais nobres, e onde surgiram as principais cidades que floresceram com o ciclo da prata, sobretudo, e outros metais de grande valor. Estes fatos levaram a concentração de recursos nesta região, que melhor se estruturou e desenvolveu, tornando-se mais próspera, ao passo que a porção oriental, formada atualmente pelos departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando, voltada para a fronteira brasileira, permaneceu mais atrasada e despovoada. O universo geopolítico é caracterizado pelo ponto de vista interno como uma política de contenção das aspirações populares e de reforço à dominação da classe dominante, conforme Andrade (1985) sua prática, por sua vez, é muito complexa e acarreta um processo de análise sobre as causas e conseqüências das práticas sociais. Essa prática social, por sua vez, se resume ao modo de encarar suas próprias necessidades. A partir do momento em que essa necessidade é evidenciada, surge uma série de conflitos que se torna público e bastante divulgado pelas redes sociais. A questão da Bolívia se aplica a esse exemplo, onde a região oriental, desde tempos remotos, esteve sempre isolada do resto do território boliviano, e sempre resistiram ao poder central. Em meados do século XX, as tensões regionais se acentuaram, o que levou o poder central a investir em infraestrutura, e em projetos para fomentar o desenvolvimento da região, sobretudo em Santa Cruz, que é atualmente responsável por 30% do PIB nacional, apesar de representar apenas 26% da população. Esse contexto levou a região a se tornar um pólo agro-industrial que alavancou o desenvolvimento, talvez estimulado pela influência brasileira, já que faz fronteira com estados brasileiros que nos últimos anos tiveram incremento de desenvolvimento semelhante. Tudo isso gerou atritos políticos com o poder central, e as províncias da região começaram por reivindicar maior autonomia, o que é rechaçado por La Paz, razão pela qual, leva-se a acreditar que as forças econômicas locais trabalham para obter independência.

**PALAVRAS-CHAVE.** GEOPOLÍTICA, BOLÍVIA, SECESSÃO.

**ABSTRACT.** Bolivia, one of the poorest countries of South America, has a geopolitical history marked by wars and territorial losses. Since the beginning of colonization the wealth of the country, ransacked by the Spaniards, was concentrated in its western part, the highlands, where are the noble metals deposits, which favor the flourishing of its major cities, especially those of the silver cycle and of other high value metals. This part was therefore favored by most of the investments turning since then the most prosperous of the country. The eastern part, turned to Brazilian frontier, nowadays corresponding to the departments of Santa Cruz, Beni and Pando, remained neglected and poor populated. The geopolitical universe is characterized in the internal point of view as a politic of contention of the popular aspirations and enforcement of the dominium of the upper classes. According to Andrade (1985) that is very complex and leads to a process of analyses over causes and consequences of the social processes. That in essence is the way of how to envisage the personal needs. Since the moment that these needs become clear diverse conflicts arouse, become public and are aired by the social nets. Bolivia questions apply to that model. The eastern region since remote times was isolated and resisted to the central power. In the mid of the XX century the regional tensions increased what lead the central power to invest in infrastructure and in diverse projects turned to the development of that region, particularly in Santa Cruz that nowadays is responsible for 30% of the national GNP notwithstanding represents only 26% of the total Bolivia population. In that context Santa Cruz became an agro-industrial pole that enhanced the regional development may be emulated by the Brazilian neighbor states that experienced similar processes. That provoked political conflicts with the central power since the eastern provinces began to demand a major autonomy what is disregarded by La Paz what make believe that the local economic forces work in order to get the independence.

**KEYWORDS.** GEOPOLITICS, BOLIVIA, SECESSION.

## INTRODUÇÃO

A América do Sul é uma região econômica, política e social homogênea no que se refere à similaridade de acontecimentos históricos e a sua atual configuração democrática. Colonizada por espanhóis (a partir de 1532), portugueses (1534) e, em menor proporção por franceses (1604), holandeses (1652) e ingleses (1831), a região passou por uma expressiva exploração dos seus recursos naturais associado ao extermínio da população nativa e, em outros casos, a sua dispersão (BETHELL, 2004).

Diante dessa conjuntura, o Estado da Bolívia é o que apresenta com maior clareza, propostas de desenvolvimento e integração social. Caracterizado por conter o pior índice de desenvolvimento humano na região sul-americana, o país é o único da América do Sul onde a força cultural se faz presente e é questionada por um grupo menor que exerce o domínio e define as leis e diretrizes. Esse grupo está situado, especificamente, na região oriental do país, área de estudo, representado (figura 1) pelos departamentos de Pando, Beni, Tarija e Santa Cruz de La Sierra, cuja capital homônima é uma das poucas cidades de planície, que carrega um forte traço espanhol desde sua colonização, sendo considerada a “locomotiva” econômica do Estado boliviano (DOMINGUES *et al.*, 2009). Essa cidade foi fundada em 1561 e, até a segunda metade do século XX, se manteve distante dos centros do poder colonial. Só a partir da segunda metade do século XX se vinculou ao resto do país, adquirindo modernização, desenvolvimento, acelerado crescimento demográfico e autonomia. Se destaca como detentora de uma das economias mais expressivas do país, graças a implantação de indústrias nacionais e transnacionais bem como da expansão da agricultura.

**FIGURA 1** - Localização da área de estudo



**Fonte:** IBAIBARRIAGA, Mercedes. Periódico El Mundo. Matéria de 03/07/2006

<http://www.elmundo.es/elmundo/2006/07/03/internacional/1151884004.html>. Acesso 19/07/2014.

Enfim, este trabalho procura enfocar os atritos existentes entre o Ocidente Andino (composto essencialmente pelos indígenas e com baixos índices sociais) e o Oriente Amazônico-Platino (formado na essência pela elite econômica e detentor dos recursos naturais) causando o enfrentamento político entre este e o poder central de La Paz.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

### **Embasamento teórico conceitual**

O conceito de Estado, segundo Azambuja (1997, p.2), tendo em vista a sua amplitude teórico-aplicativa, se restringe especificamente a um “[...] grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum”. Já Engels-Marx apud Carnoy (1988, p.69) buscou em sua teoria a relação entre as condições materiais (recursos), sociedade (identificação social), estrutura social e o Estado. Segundo os autores: “[...] o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade”. Essa teoria traz à tona a contextualização sócio-política do Estado boliviano. Marx apud Carnoy (1988, p.66) reforça essa relação através das práticas produtivas: “a sociedade como modeladora do Estado [...] através do modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo”.

Sob esse enfoque econômico, a questão do território ganha um destaque maior no contexto espacial. Segundo Raffestin (1993, p. 144) “[...] o território [...] É uma produção, a partir do espaço. Ora a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” nesse aspecto, Lefebvre apud Raffestin (1993, p.144) especifica as características estruturais e sociais de um território que facilita o progresso e consequentemente evidencia as relações de poder de uma forma natural e “suficiente” para o progresso.

Diante disso vale ressaltar um fator importante para a obtenção satisfatória desse progresso envolvendo as relações de poder: a cultura. Um elemento forte na discussão político-econômica boliviana que está inserido como uma condicionante para o ordenamento e crescimento do território. Segundo Claval (1999, p. 63) “os membros de uma civilização [...] tem em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo”. Nesse sentido o território se torna homogêneo e fortemente ligado entre si devido a sua similaridade histórica. Através das técnicas de produção, os indivíduos criam uma identificação social e se interage fortalecendo sua cultura e se auto-segregando. As práticas sociais, por sua vez, trazem uma identificação com o meio seja ele adotado e estruturado por uma ideologia ou por um regime social onde a sociedade o respeita decorrente à supressão das suas principais necessidades.

O enfoque geopolítico é capaz de englobar essas particularidades através de um estudo sistematizado das causas e sua estruturação voltada para ação. Em seu trabalho Costa (2008, p.56) refere que Kjellen “cunhou o termo geopolítica para expressar suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território” fortalecendo essa dinâmica e evidenciando a necessidade de (re) organização interna, cujo Estado passa a exercer o papel de força maior e agente regulador do espaço. Como elementos que se interligam e complementam, a geografia política reforça a análise estrutural no contexto geopolítico a citar, por exemplo, Costa (2008, p.37) ao tratar que Ratzel em

seu trabalho referiu ao “desenvolvimento desigual das regiões de um organismo estatal-territorial” em um destaque ao “[...] centro do poder” visto e vivido pela situação atual boliviana.

Compreender essas concepções significa estruturar o espaço nacional, porém sob a ótica de um planejamento mútuo e /ou geral. Partindo do pressuposto de que a atual geopolítica boliviana trabalha em um processo de descentralização econômica é inserida uma ressalva à atenção em suas particularidades como forma de alcançar o seu desenvolvimento.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente estudo trata das relações geopolíticas entre a parte oriental da Bolívia e o estado boliviano.

Foram realizadas as seguintes etapas relacionadas às atividades e técnicas de pesquisa:

#### **Etapas 1** - Análise das teorias de Estado e território

Como recurso para a análise investigativa foi realizada a pesquisa bibliográfica necessária para a compreensão das teorias do Estado e território. A partir da leitura interpretativa foi possível associar a teoria com a prática através da relação (a princípio com o estudo teórico) do espaço vivido.

Técnicas de Pesquisa: Documentação indireta – Pesquisa bibliográfica (Fontes secundárias): livros; publicações e teses.

**Etapas 2** - Análise do contexto histórico-político do Estado boliviano e do departamento de Santa Cruz de la Sierra

Nesta etapa foi feita a pesquisa de assuntos ligados ao contexto histórico-político do Estado e do departamento. Tal recurso é de fundamental importância por que objetiva compreender o contexto sócio-administrativo do local e, conseqüentemente, fazer uma análise comparativa de suas relações com a situação atual.

Técnicas de Pesquisa: Documentação indireta – Pesquisa bibliográfica (Fontes secundárias): livros; teses; artigos e monografias.

**Etapas 3** - Estudo das leis, estatutos e práticas econômicas a partir da década de 1940 e suas reformulações frente à atual organização geopolítica

Para esboçar os regulamentos e investigar suas particularidades foi realizado um estudo sobre as leis e estatutos vigentes, que servirá como análise comparativa sobre a atual aplicabilidade teórica e prática, diante dessa nova conjuntura político-econômica. Nesse sentido procurou-se avaliar os conceitos e aplicabilidades geopolíticas no que se refere às práticas econômicas, sua formalidade e/ou legitimidade no âmbito do Estado e da região, e suas flexibilizações ao longo da sua história.

Como reforço didático para a compreensão do contemporâneo foi utilizado publicações e recursos da imprensa local e internacional onde, a partir das informações em análise, foi feita a estruturação das idéias para a execução do artigo.

Técnicas de Pesquisa: Documentação indireta – Pesquisa documental (Fontes primárias): leis e estatutos; Pesquisa bibliográfica (Fontes secundárias): livros; imprensa; publicações e teses.

#### **Etapas 4** - Trabalhos de campo

Foram feitas visitas ao consulado da Bolívia em Salvador, oportunidade em que foram feitos contatos com os funcionários bolivianos e o próprio vice-cônsul. Na ocasião se procurou investigar bolivianos residentes em Salvador com os quais foram feitas entrevistas, que procurava esclarecer/entender a real situação deste conflito Ocidente X Oriente.

## **A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E TERRITÓRIO E SUA APLICABILIDADE NO ESPAÇO BOLIVIANO E EM ESPECÍFICO NAS PROVÍNCIAS DO ORIENTE**

O conceito de Estado e território é muito amplo e se diferenciam conforme a particularidade do espaço. O caso boliviano se torna especial pela sua diversificação cultural que, ao longo da sua história, segregou o espaço e buscou regularizar leis e diretrizes, resultando no atual direito autonômico departamental: autonomia esta que atualmente é mais expressada pelo poder econômico do que “simplesmente” fator político-social. (SOUZA, 2012)

A característica fundamental do Estado é sua soberania (conclusão esta retirada a partir de análises conceituais) que tem como definição de acordo com o Ferreira (2001), como uma “[...] ordem suprema que não deve sua validade a nenhuma outra ordem superior” e assim relacionando ao ponto de vista interno boliviano, torna-se a busca da sobreposição sobre os demais poderes social e sobretudo autonômico, que a partir da década de 1990 - seguindo o contexto latino-americano - foi parcialmente perdida, através de inúmeras privatizações e, conseqüentemente, diferentes readaptações ao contexto territorial, no que se refere às particularidades e necessidades do respectivo espaço.

Diante das diferentes readaptações surgiram, além da questão cultural, particularidades econômicas que o antigo Estado liberal boliviano buscou através da prática de investimento, centralizar a economia nos departamentos do oriente, sobretudo na província de Santa Cruz, por possuir uma infraestrutura de maior qualidade para o transporte e assim viabilizar possíveis exportações. Esta centralização hoje é questionada e sofre tentativa de reformulação pelo atual governo no âmbito da busca pela soberania perdida ao longo da sua história.

Diferentemente do processo mundial de privatizações e capitalizações de mercado, o século XXI para a Bolívia é caracterizado pela retomada e reorganização do Estado em questões consideradas prioritárias, no sentido de ter como principal propósito o fornecimento de uma base sólida para a economia e a sua redistribuição equitativa para todo o país. (LINERA, 2012). Às tais práticas do Estado é “acrescentada” o sentimento nacionalista do atual presidente Evo Morales que trouxe, para o centro das discussões, as marcas deixadas, ao longo da história boliviana, da exclusão da maior parte do povo boliviano na participação, da tomada de decisões.

Segundo Lima apud in Santos et al (2007, p.112) “A representação política, como elemento da vida social e recurso de poder, insere-se no âmbito do desejo de se realizar algo em comum [...]” e é justamente esse algo em comum que o Estado hoje procura resgatar, mas esbarra na atual desigualdade econômica dos departamentos, na diversidade cultural e na conseqüente ideologia liberalista já consolidada nos departamentos orientais que, associada a valorização do território, torna-se mais um obstáculo a ser vencido.

Santos *et al.* (2007, p.13) afirma:

O território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Seguindo essa concepção o direito autonômico exercido pelos departamentos do oriente, capitaneado pelo departamento de Santa Cruz, e impulsionada pela sua cidade de maior expressão,

Santa Cruz de la Sierra, seria uma condicionante nada mais que natural para o território, uma vez que há uma necessidade de proteger sua economia e o seu padrão de vida que ao longo da sua história passou a ser regulado pelo mercado privado conquistando, conseqüentemente, uma logística completamente favorável para a continuidade do seu desenvolvimento.

A história sobre a ocupação e produção no espaço boliviano “alimenta” a atual situação de coesão entre Estado e território onde só a partir do século XIX foi desenvolvida uma estrutura de integração entre os territórios mais distantes compostas de linhas férreas e telegráficas intensificando, conseqüentemente, o movimento de colonização impulsionado pela migração (PILAR apud FREIRE 2008, p. 74). Nesse mesmo período o ocidente boliviano (onde está localizada a capital política da Bolívia: La Paz) objetivava através dessa prática a unificação com o oriente (onde está situado a cidade de Santa Cruz de la Sierra), uma vez que, para a consolidação da presença efetiva do Estado, seria necessário uma conciliação frente aos interesses das oligarquias já instaladas na região. Essas oligarquias do oriente eram formadas por grandes proprietários de terra que durante a década de 1950 receberam investimentos na produção proveniente do excedente na extração das minas no ocidente, atividade esta que na época era considerada a principal do Estado.

Daí resultou a situação ambígua entre território e Estado no espaço boliviano no que se refere à pretensão descentralizadora e a conservação do regime neoliberal. Tendo em vista que não é uma situação recente, as duas tendências voltam a se enfrentar, mas obviamente sob contextos diferentes: de um lado de forma mais descentralizada opõe-se uma “situação modernizadora” que levou, no caso da Bolívia, a um projeto centrado nos movimentos sociais, e do outro um projeto “transformista” neoliberal, que quer mudar as coisas para que permaneçam como no passado o que teve total hegemonia nos anos 1990, permanecendo ainda com muita força nas economias dos principais departamentos bolivianos.

### **A POSSÍVEL SECESSÃO**

Ao longo da história sempre houve uma relação conflituosa entre esta região e o poder central do Estado boliviano, porém hoje o território cruscenho, assim como outros departamentos opositores consolidam o sentimento da autonomia, do poder consolidado do território. Certamente por concentrar a economia mais pujante da nação e ter uma maior concentração de redes, esse sentimento tende a princípio se fortalecer, podendo com o passar do tempo, a uma tendência separatista, a exemplo do que aconteceu no Brasil, no início do século XX, mesmo com o intenso processo migratório do ocidente direcionado ao oriente, pois quanto mais cresce a sua economia, maior é o seu poder de atração.

Em um país onde o elemento cultural é muito mais forte na configuração do espaço é possível observar que o poder econômico associado ao processo liberalista da década de 1990 acabou “esquecendo” dessa particularidade e acirrou ainda mais a atual problemática que o presidente Evo Morales busca equilibrar através do processo de descentralização e conscientização social. Nesse sentido o Estado continua o seu papel pela retomada do poder e da distribuição da renda e a região oriental, por sua vez, segue resistindo a atuação do mesmo no desejo de manter sua filosofia de vida baseada na sua história.

Evo Morales ostenta em seu governo a bandeira de beneficiador dos índios e seus descendentes devido o fato da maioria deles estarem inseridos nesse cenário. A implantação de um decreto determinando a nacionalização dos hidrocarbonetos sobre a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Boliviano (YPFB), por exemplo, se tornou a primeira grande conquista do Estado retomando mais da metade das ações pertencentes à empresa estrangeiras e obrigando as mesmas a se tornarem sócias (dentre elas a Petrobrás: a maior “prejudicada”), além disso, tudo, ter aumentando o percentual de lucro destinando-o ao Estado.

Segundo Domingues et al (2009, p. 43) “A NCPE<sup>1</sup> foi enfim aprovada, por todo o país, com 61,43% dos sufrágios e uma participação de mais de 90% dos habilitados a votar. Mas perdeu em todos os quatro departamentos da Meia Lua [...]”. Após seu veredicto houve a exigência do Estado central aos proprietários para reduzirem suas terras no limite de 5.000 hectares com a exceção de produtores que tinham como objetivo fins sociais.

Tais práticas comprometeram a confiança de alguns departamentos frente ao atual modelo político-econômico de integração em vigor. A citar os departamentos pertencentes à Meia Lua<sup>2</sup> encabeçado por Santa Cruz que foram veementemente contra a política de descentralização do Estado (fazendo retomar a década de 1950-1960) chegando ao seu estopim com o referendo sobre a reforma agrária (2008) que retornou com mais força diante uma proposta de inclusão de todo o espaço boliviano, e sem restrições.

A partir daí a região da “Meia Lua”<sup>2</sup> começou a organizar uma seqüência de manifestações e paralisação com a finalidade de chamar à atenção do Estado central sobre a sua persistente recusa diante uma situação em que os grandes empresários se encontravam em uma completa desvantagem a se deparar, após a vitória, com uma possível redução da sua produção e conseqüentemente na perda de maiores lucros. O estopim foi atingindo em setembro de 2008 quando o departamento de Santa Cruz de La Sierra chegou a cogitar e tentar por em prática uma possível separação do Estado central (AYERBE, 2011), e se esse processo se consolidasse os outros três departamentos da região iria compor este novo país.

Considerada uma prática desnecessária e sem o apoio dos órgãos mundiais para tal conhecimento, o departamento de Santa Cruz atualmente se “contenta” com o reconhecimento do Estado central de sua autonomia. Isso só foi possível diante um acordo mútuo no qual foi frisado questões sobre a liberdade de ir e vim da população além de acordos políticos e econômicos limitados entre Estado e o departamento como, por exemplo, inserção da questão da terra que o governo departamental autônomo tem a competência para exercer o poder regulamentar e sua função executiva BOLÍVIA (2008, p.3).

Conforme Camargo (2006),

As fortes tendências autonomistas de alguns departamentos – e da própria “Media Luna” em geral – impossibilitariam a mera continuação do centralismo unitário em sua presente forma. Sem válvula de escape apropriada, esse regionalismo boliviano, comprimido pelo atual arcabouço constitucional unitário, traduz-se em possibilidade de fragmentação do país, risco

<sup>1</sup> Nova Constituição Política do Estado: conjunto de leis e diretrizes que pretende refundar o Estado boliviano com o objetivo de superar séculos de pobreza, racismo e instabilidade política.

<sup>2</sup> Departamentos orientais de Santa Cruz de La Sierra, Beni, Pando e, mais ao sul, Tarija caracterizados por possuírem uma das maiores economias do Estado boliviano.

inédito em toda a sua história republicana. Vale observar, a propósito, que o municipalismo introduzido pela Lei de Participação Popular, em 1994, ainda que tenha ampliado certa esfera local e municipal de autonomia, caracterizou-se mais por ampliar a presença territorial e a capacidade do Estado que, propriamente, por dar expressão política a regionalismo que se expressa tipicamente no nível do departamento (CAMARGO, 2006).

Assim sendo, com toda a insatisfação existente na parte oriental que se acha prejudicada pelas medidas do governo central, pode vir a fortalecer o sentimento separatista que La Paz tenta sufocar, de forma equivocada, provocando fuga de investidores, o que pode determinar a queda econômica da região mais rica (em duas décadas o volume de exportação saltou de duzentos milhões de dólares, para quatro bilhões) e que impulsiona o desenvolvimento do país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação geopolítica da Bolívia leva a acreditar numa possível secessão, talvez a médio prazo.

A Bolívia hoje é resultado de uma história pautada na segregação econômica, política e cultural da sua população. A proposta de integrar essas particularidades pelo atual governo coincidiu com um período em que o Estado se encontrava com um dos piores índices socioeconômicos na América do Sul.

Com a inserção dos problemas internos do país, com a proposta geopolítica elaborada e colocada em prática por um governo de esquerda caracterizado por “carregar” em seu histórico um grande período de exclusão da sua população indígena na participação sobre as decisões, que define o rumo do seu país foi o maior desafio e, ao mesmo tempo, satisfação de expressar essa nova conjuntura contemporânea.

Entretanto essa proposta não é bem aceita nas províncias do oriente que se consideram prejudicadas pela política do poder central, que com o argumento de melhor distribuição dos benefícios, privatizou empresas (inclusive estrangeiras) que investiam em siderurgia e na pesquisa de hidrocarbonetos.

É histórica a tendência separatista ao redor do mundo, de regiões com economia pujante. Trata-se de uma espécie de “egoísmo da riqueza”, a região mais rica invoca tudo que possui de diferente em relação aos territórios mais pobres e passa a reivindicar sua separação do restante do país.

A questão separatista boliviana se inclui no contexto geopolítico atual da América do Sul, onde se colocam de um lado a Venezuela, o Equador, e a Bolívia, e do outro Chile e Colômbia que têm interesses comuns com a Argentina, e sobretudo com o Brasil, pois os “brasivianos”, transbordaram a economia sojeira brasileira para os departamentos da Meia Lua, num processo de “continuidade” da produção que é exportada pelos portos do Brasil. Além disso nas áreas de fronteira, a penetração brasileira é intensa, se estendendo até o Acre, onde o governo boliviano montou um plano para frear o que chama de “invasão pacífica” em Pando.

Desta forma, a possível secessão boliviana, envolve interesse que extrapolam suas fronteiras, o que se pode inferir que a sua concretização envolverá grandes negociações políticas, pois o fator econômico tem forte influência neste contexto.



**REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.
- AYERBE, L. F. *Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: O governo de Evo Morales*. São Paulo: Lua Nova, 2011.
- AZAMBUJA, D. *Teoria geral do estado*. 37º ed. São Paulo: Globo, 1997. 397 p.
- BETHELL, L. *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 2004. v. 2. 866 p.
- BETHELL, L. *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Edusp, 2004. v. 3.
- BETHELL, L. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp, 2008.v.5.
- BETHELL, L. *História da América Latina: a América Latina após 1930 – Economia e Sociedade*. São Paulo: Edusp, 2009. 559 p.
- BOLÍVIA. *Gaceta Oficial del Departamento Autonomo de Santa Cruz: Estatuto del Departamento Autonomo de Santa Cruz*. 1º ed. Santa Cruz. 2008. 24 p.
- CAMARGO, A. J. C. J. de. *Bolívia – a criação de um novo país a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-Colombianas a Evo Morales*, Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2006.
- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2º ed. Campinas: Papyrus, 1988. 339 p.
- CLAVAL, P. *Geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999. 453 p.
- COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2008. 334 p.
- DOMINGUES, J. M. *et al. A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 208 p.
- FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LIMA, I. G. Territórios da representação política. In: *Encontro Nacional da Anpege, 2. Resumos...* Rio de Janeiro, 2007.
- LINERA, A. G. *Las Empresas del Estado: Patrimonio colectivo del pueblo boliviano*. 2º ed. La Paz: Red Patria Nueva, 2012. 122p.
- PILAR, G. J. *Frontera, Espacio y Estado – Um estúdio de caso: La Bolívia Republicana*. La Paz: UNB, 2008.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- SANTOS, M. *et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 3º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.
- SOUZA, D. P. *Geopolítica Contemporânea da Bolívia: O processo de descentralização do estado e os reflexos econômicos em Santa Cruz de la Sierra*. Salvador: 2012. Monografia (Graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Salvador.